

Entrevista¹

Amartya Sen

Realizada por Silio Boccanera (Cambridge, Inglaterra, ago. 2001)

Silio Boccanera: Em seu trabalho, o senhor lida com questões como pobreza e fome, desigualdade e desenvolvimento, com as quais o *mainstream* da economia normalmente não parece se preocupar muito. O senhor acha que, após ter ganhado o Prêmio Nobel de Economia, estes assuntos vieram à tona, e receberam mais atenção?

Amartya Sen: Bem, não sei se concordaria em dizer que economistas não discutem estes assuntos. Muitos economistas discutiram a pobreza. John Maynard Keynes falou muito sobre o desemprego. A desigualdade também tem sido um grande tópico para discussão. Não, não acho muito correta a visão de que estes assuntos estejam fora de moda na economia. Acho que as pessoas muitas vezes têm a visão de que não há nada a ser ganho discutindo especificamente a pobreza e a desigualdade. Se a economia estiver indo bem, então tudo estará bem. Mas esta é uma visão particular, da qual não compartilho. Mas não acho que me queixaria de que os economistas não levem a pobreza e a desigualdade a sério.

SB: O senhor notou um aumento no interesse por estes assuntos depois que ganhou o Prêmio Nobel?

AS: Realmente não sei. Mas o trabalho principal que foi citado no prêmio Nobel não foi tanto sobre isso, mas sim sobre a teoria da escolha social e o trabalho mais técnico. Eles não deixam de ser relacionados à pobreza e à desigualdade nas medições matemáticas da pobreza, nos critérios, nas indicações e nas estatísticas. Mas estavam mais no lado técnico dos estudos, e não no lado político e social.

SB: Estamos vivendo nesta era de liberalização, com as pessoas se referindo a abertura de economias, privatizações, eliminação de barreiras comerciais. Já fomos longe demais nesta direção? O que resta do papel do Estado neste contexto?

AS: Acho que é muito importante distinguir entre o papel do mercado como uma instituição que é muito grande e que vale a pena reconhecer, e o caráter incompleto do mercado como instituição, pois vivemos num mundo em que muitas instituições são necessárias. A democracia, por exemplo, requer os tribunais e a lei, requer veículos de intervenção pública, sejam eles educação básica ou políticas de saúde, sejam previdência social ou alívio da pobreza, ou política fiscal e impostos e subsídios. O governo tem, é claro, papéis muito amplos. Acho que é um erro pensar neste assunto em termos de Estado versus mercado. Os mercados são muito criativos, mas limitados dentro das suas estruturas. Então, a questão não é tanto se se está dando ênfase demais para o mercado, é se não se estará subestimando a ênfase nas outras instituições que são necessárias a um equilíbrio multi-institucional apropriado para o sucesso de uma economia, tanto no geral como para eliminar a desigualdade e a pobreza que arruinam a vida de tantas pessoas em qualquer país.

(1) Traduzida do inglês por Kimberly Marjorie Paulin. Revisão técnica de Antonio Carlos Macedo e Silva.

SB: Tomando como exemplo a economia da Índia, que o senhor conhece muito bem, obviamente – apesar de passar por um período de reforma, abrindo-se e se liberalizando, ainda é muito protegida por medidas protecionistas. Há muitas empresas estatais e uma dependência considerável do seu grande mercado interno. Alguns analistas (no Brasil) sugerem que a Índia poderia servir como um modelo de como evitar uma crise financeira internacional, tal como a que aconteceu na Ásia e que está afetando a Argentina atualmente. O senhor acha que isso faz algum sentido?

AS: Bem, posso ver de onde vem este ponto. Certamente a Índia e, deve ser dito, também a China, foram menos afetadas pela crise financeira que veio junto com a crise econômica na Ásia. Em ambos os casos, a ausência da conversibilidade da moeda fez com que não ficassem imediatamente suscetíveis ao que ocorria em outros lugares. Mas não tenho certeza de que isso seja uma vantagem inequívoca, pois também a economia chinesa, por exemplo, precisa do tipo de reforma financeira pela qual de fato passaram as economias coreana e tailandesa naquele momento. Até certo ponto, o mesmo é verdade para a Índia. Acho que a estrutura financeira da Índia necessita menos de reforma do que a chinesa. Por outro lado, a [reforma da] estrutura da produção industrial na Índia precisa ser muito mais radical. Eu gostaria de enfatizar, por um lado, que se integrar mais com a economia global tem as suas vantagens; por outro lado, é muito importante que os governos façam com que seja possível para as pessoas participarem na economia global. Isso requer políticas muito mais amplas em educação, saúde, facilidades de micro-crédito, até mesmo reforma agrária, porque você precisa ter alguns ativos com os quais você possa entrar num negócio ou numa indústria. Então, acho que precisamos é de um programa em que a economia de mercado, como também o Estado, como também a sociedade civil, recebam seus papéis apropriados. Se este é o ponto que está sendo colocado, tendo a concordar. Mas se é sobre o equilíbrio atual na Índia ser ou não satisfatório, bem, não acho que seja. Acho que a economia da Índia precisa de mudanças em muitas direções diferentes, tanto estendendo o mercado em algumas maneiras como também estendendo o papel construtivo, positivo e de apoio do Estado. Particularmente em educação, saúde, reforma agrária e assim por diante. Portanto, acho que existe toda uma agenda de equilíbrio que precisa ser acrescentada à estrutura de economia mista da Índia. Se as pessoas que você está citando estão defendendo a necessidade de se ter uma economia mista, elas estão certas.

SB: Indo um pouco além da Índia, para as economias do leste asiático, como Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Tailândia. São economias que se abriram para o mundo, decidindo se integrar à economia mundial, e que conseguiram muito desenvolvimento, tirando muitas pessoas da pobreza. Mas não foi só a abertura para o mercado mundial que fez isso. A que mais o senhor atribui tal resultado?

AS: Esta é uma pergunta muito boa. Acho que se desconsidera que as economias do leste asiático são guiadas pela expansão de recursos humanos, e isso é muito importante. O motor primário disso, é claro, é o Japão. Não se reconhece muito freqüentemente que, muito antes de qualquer desenvolvimento econômico começar no Japão, o país já tinha um setor de educação de porte importante. No momento da restauração Meiji, em meados do século XIX, o Japão já tinha uma taxa de alfabetização superior à da Europa, apesar da experiência desta de uns cem anos de revolução industrial. Sabemos que, por volta de 1906, havia muito pouco analfabetismo, restando somente focos em áreas rurais. Por volta de 1913, o Japão publicava mais livros do que a Inglaterra; de

fato, mais do que qualquer outro país, e o dobro dos Estados Unidos. O Japão ainda era um país muito pobre, mas o que o impulsionava era o desenvolvimento das habilidades humanas, recursos humanos numa base muito ampla, compartilhada e igualitária. E a natureza do desenvolvimento econômico no Japão refletia isso. Em certa medida, esta experiência foi aprendida e reaprendida no leste asiático. A Coreia do Sul encontrava-se bem atrasada em termos de educação durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, logo após a guerra, lançou um grande programa de expansão da educação escolar; isso foi bem antes do seu desenvolvimento econômico acontecer. Portanto, entre a década de 1940 e o final dos anos 1960, início dos anos 1970, a Coreia tinha feito progressos dramáticos na educação escolar e assim por diante. Então, quando se iniciaram a grande abertura da economia e a globalização, havia uma possibilidade de participação por parte da população da Coreia, tanto das mulheres como dos homens, por todos os setores da sociedade coreana e da sua economia. Acho que foi este o segredo. Aconteceu de forma semelhante em Taiwan, na Tailândia, até na China. Acho que às vezes se subestima o período pré-reformas econômicas, pré-1979, o quanto a expansão nas áreas de educação e saúde durante o período Mao ajudou no desenvolvimento econômico pós-reforma. Isso porque, pela época em que a China estava se liberalizando e se abrindo, ela já estava muito perto da alfabetização universal. Muito mais perto do que a Índia e muitos outros países estão. Penso que a contribuição do desenvolvimento de recursos humanos é muito grande no leste asiático, em todos os países, do Japão à China, passando por Coreia, Taiwan, Hong Kong, Tailândia. O que saiu errado, entretanto, é que isso produziu um sistema muito bom de crescimento com igualdade, mas não de recessão com seguridade. Faltavam três coisas importantes no leste asiático. A primeira era que, estando numa fase ascendente, tinham os olhos voltados para o crescimento, e crescimento com igualdade, mas não para o que iria acontecer numa recessão. Em segundo lugar, faltava democracia e, portanto, a voz dos pobres estava ausente. Não em todos os países, mas em muitos deles os pobres não tinham voz. Ainda não têm na China; não tinham na Coreia do Sul, que conseguiu remediar esta situação em grande parte; não tinham na Tailândia, que remediou o problema; na Indonésia, a batalha continua; na Malásia, ainda é uma questão de peso. E o terceiro ponto era o setor financeiro – os países não tinham algumas das vantagens do sistema ocidental, principalmente a abertura do setor financeiro. O mundo bancário tem muito a aprender com o Japão e o leste asiático. Há algo a ser aprendido na tradição bancária européia de transparência. Esta foi uma das razões pelas quais a crise financeira conseguiu se enraizar tão rapidamente. Então, acho que existiam deficiências em todos estes países mas, no que diz respeito à pobreza, existem grandes feitos no crescimento econômico, ligados ao desenvolvimento de recursos humanos, e resultando num progresso econômico compartilhado.

SB: Estamos nos encontrando logo após os eventos do G-8 em Genebra, Itália, com líderes mundiais em conversas do lado de dentro e muita ação nas ruas, e portanto chegamos ao assunto da globalização. Se interpreto seus argumentos de forma correta, o senhor está dizendo que a globalização é basicamente positiva, mas que só precisamos fazer com que inclua mais pessoas? Seria este essencialmente o seu ponto de vista?

AS: Bem, é uma parte dele. Acho que a globalização é benéfica, tanto no que diz respeito a ciência, tecnologia, literatura, como no sentido de mais interação econômica, mais divisão de mão de obra, como falava Adam Smith. Meu ponto é, entretanto, que precisamos enfrentar a questão da desigualdade de uma forma muito mais radical do que

temos feito. Isso requer, por um lado, que se enfrente a questão que você apontou, isto é, que algumas pessoas estão sendo excluídas da globalização. Se você é um analfabeto na África, na Índia ou na Indonésia, é muito difícil entrar numa economia global. Para além disso, há questões ligadas à desigualdade entre nações e dentro das nações. Entre as nações, a questão envolve justiça no comércio, se as instituições garantem ou não oportunidades semelhantes para países diferentes – e deve haver oportunidades especiais para países mais pobres, pois eles estão em desvantagem ao lidar com o problema. Isso não representa um argumento contra a globalização, mas um argumento para examinar a estrutura institucional do mundo com muito cuidado, inclusive as leis de patentes, aqueles fatores que afetam os termos de comércio, o tipo vigente de acordos comerciais, os acordos para trocas científicas e para contatos educacionais e assim por diante. Mas o problema também existe dentro de cada país. Há pessoas que estão em posição de tirar proveito da economia global e outras que não estão. O Brasil é um excelente exemplo; os setores mais avançados poderiam ombrear com os melhores no mundo, e no entanto existem muitas partes do país onde as pessoas têm dificuldade para entrar com êxito e colher os frutos da economia global. Então, essas questões, das desigualdades dentro de uma nação e entre nações, precisam ser enfrentadas, o que requer construção institucional, não oposição à globalização, mas uma globalização construtiva; globalização juntamente com o exame dessas instituições, tendo em mente a seriedade dos problemas de desigualdade e de pobreza.

SB: Quais contribuições podem as organizações não-governamentais oferecer neste contexto?

AS: As organizações não-governamentais oferecem contribuição importante e podem desempenhar papel ainda maior. (Devo mencionar que falo como parte interessada, pois sou também presidente da Oxfam.) Elas têm três tipos de papéis. Em primeiro lugar, há bolsões de pobreza e sofrimento onde a economia de mercado pouco pode fazer e o governo pode estar, por um motivo ou outro, imobilizado, ou porque o governo em si não é democrático, ou não é sensível à demanda pública, ou porque a máquina do governo é burocrática demais, move-se de forma demasiadamente lenta. Nesse contexto, Cruz Vermelha, Oxfam, Care e Save the Children podem desempenhar papel central. Em segundo lugar, às vezes o papel da globalização fica limitado por causa da falta de prática de democracia. E isso requer maior abertura, mais discussão pública; algumas ONGs, tais como Human Rights Watch e Anistia Internacional, estão especificamente envolvidas nestes assuntos, assim como a Oxfam. E, em terceiro lugar, é que, de forma geral, a discussão pública é extremamente importante. Muitas das ONGs, entre as quais a Oxfam, não se esquivam do papel de defesa pública. Por exemplo, na Oxfam, levamos muito a sério a presença de analfabetismo no mundo. É claro que organizações como a UNICEF e a UNESCO têm se preocupado muito com o problema, mas a Oxfam mantém uma postura muito firme, como também muitas outras organizações deste tipo. Na verdade, os que militam na defesa dos direitos humanos também deveriam se interessar pelo analfabetismo, que é uma violação de um direito humano básico. A inserção desses tópicos no cenário público e a intensificação do debate dependem das ONGs.

SB: A arquitetura econômica do mundo ainda é em grande parte baseada nas decisões que foram tomadas em Bretton Woods e após a Segunda Guerra Mundial, quando se criaram o FMI, o Banco Mundial e as regras gerais de comércio internacional. Sabemos

que houve ajustes, mas não estará na hora de uma análise e reformulação geral desta arquitetura econômica?

AS: Eu creio que sim. Mas deve haver o cuidado de examinar as instituições com vistas à construção e não à substituição, dado que as instituições existentes desempenham algumas funções. Uma das lições da União Soviética e da experiência da Rússia foi o grande erro de tentar eliminar as instituições existentes – que estavam funcionando, mesmo que de forma inadequada. Introduziu-se em lugar delas uma economia de mercado hipotética, que não estava lá e que não tinha nenhuma base institucional. Havia empresas estatais que estavam funcionando, mas de repente todas foram privatizadas. E não havia nenhuma economia de mercado funcionando, não existiam as grandes tradições que o Ocidente tinha levado 200 anos para desenvolver. Quero dizer, você poderia fazer isso num prazo de 20 anos, mas não em dois. Concordo que precisamos de uma reforma radical na estrutura institucional internacional, mas é muito importante dizer, com cautela, que isso tem de tomar a forma de uma construção incremental, ao invés de uma abolição generalizada do que já temos. Tendo deixado claro este ponto muito elementar, penso que, sim, precisamos de muito mais estrutura institucional. E isso pode tomar duas formas. As instituições já existentes podem desempenhar um papel diferente. E, até certo ponto, sob a liderança de Kofi Annan, a Organização das Nações Unidas está tentando desempenhar este papel. Está tomando mais iniciativas, por exemplo, na questão da AIDS, na questão dos direitos na Ásia.

SB: E com relação às instituições financeiras?

AS: Chegarei a este ponto. O que realmente está causando empecilhos para a ONU é que está sempre quebrada; não tem dinheiro. Creio que temos que fortalecer a ONU por meio da expansão da sua base financeira. Isso é extremamente importante. Já no que tange a instituições financeiras especializadas, tais como o Banco Mundial e o FMI, acho que precisam de reformas também e que até certo ponto este processo já se iniciou. O Banco Mundial está até bem engajado num processo de reforma. Em parte sob a liderança de John Wolfensohn, tem havido tentativas de tornar a pobreza o foco principal do Banco, o que não se dava anteriormente. Está ocorrendo como que uma ampliação na compreensão da necessidade de instituições diferentes, além da economia de mercado. E, deste ponto de vista, as idéias de Wolfensohn sobre um referencial abrangente de desenvolvimento são importantes porque este diz que “sim, somos a favor do mercado, mas queremos muitas outras instituições também”. Acho que o Fundo precisa passar por ampliação e reforma semelhantes. Mas, além disso, acho que precisaríamos de algumas instituições adicionais. Temos que lidar com muitos problemas que precisam ser encarados de forma adequadamente ampla. Em primeiro lugar, todo o tema do meio-ambiente requer uma intervenção especializada. Não é adequado deixar isso simplesmente nas mãos da OMC. A OMC preocupa-se com a forma pela qual restrições ao comércio seriam qualificadas por considerações ambientais. E a questão do ambiente requer mais do que intervenção negativa, requer construção positiva sobre como lidar com aquecimento global e assim por diante. Requer colaboração, requer uma forma para persuadir os países mais pobres a produzirem, digamos, menos poluição. Muito freqüentemente a resposta da China ou da Índia é dizer “bem, vocês na América têm poluído o mundo por centenas de anos, então vocês não podem de repente pedir para nós pararmos”. Obviamente, deve se ter alguma compreensão de que, em troca do sacrifício que os países ricos não fizeram quando estavam numa fase semelhante, os países mais pobres precisarão de arranjos de alguma

forma melhores. Necessita-se de uma liderança internacional visionária. Para isso, a conexão entre as questões do meio-ambiente e do desenvolvimento é central. Também a questão da justiça global [*global equity*] requer uma atenção especial. A OMC executa muito bem as suas funções, está preocupada com a redução de barreiras comerciais e há um papel a ser desempenhado nisso. Mas isso é diferente da tarefa de olhar o mundo como um todo. A África estaria tendo um tratamento justo? E quanto às pessoas que tomaram os empréstimos que geraram esta grande dívida de hoje? Em muitos casos foram os antigos líderes militares. Líderes militares muitas vezes encorajados pelos Estados Unidos ou pela União Soviética durante a Guerra Fria, conforme estivessem do lado dos russos ou dos americanos. Eles criaram toda a dívida e agora os governos que os sucederam estão sobrecarregados por ela. Seria este um arranjo justo? Toda a questão da justiça global deve ser encarada, na África, na Ásia e em outras partes do mundo...

SB: Há também o mundo financeiro. O volume de operações cambiais internacionais é muito grande e existe muito pouco controle. Uma das propostas, que alguns não consideram muito realista, é o chamado imposto Tobin. O senhor acha viável um imposto sobre as operações cambiais internacionais?

AS: Tenho três comentários a fazer sobre isso. O primeiro é que eu acho que é basicamente viável, porque a alíquota é muito pequena. Se você conseguir arrecadar o imposto (volto a isso a seguir), seria muito dinheiro, mas que as pessoas que fazem as transações mal notariam, por elas estarem interessadas em grandes lucros quando entram em ação. O efeito sobre os incentivos é muito pequeno, o que é muito bom. Como economista profissional, deve-se reconhecer isso de imediato. Em segundo lugar, como economista profissional, deve-se reconhecer que isso somente será efetivo com base num acordo global, que irá requerer, por exemplo, uma definição de como serão tratadas as Ilhas Caimã, ou Bermudas, ou outros centros *off-shore*. Ora, esses centros dependem atualmente de Nova Iorque, Paris e Londres e assim por diante, de forma que é realmente possível controlá-los, mas para tanto é necessário um plano global. Não se pode fazê-lo aos poucos e por partes. Ora, um plano global deveria ser combinado com um acordo de justiça global, porque este é o objetivo; por que as pessoas estão sendo tributadas? A idéia é obter algo a favor da igualdade global, talvez algo para o meio ambiente, e isso deve ser incorporado e amalgamado a uma visão de justiça no futuro, justiça para os pobres hoje, dentro de nações, entre nações e assim por diante. Sim, é viável e, em segundo lugar, realmente requer mudanças institucionais, mas a melhor coisa a fazer é integrar o arranjo a um órgão tipo “cão de guarda” que se preocupe com igualdade global e também com o meio ambiente. O terceiro ponto é que, embora isso arrecade dinheiro, é um grande erro pensar em desenvolvimento e na contribuição dos países ricos principalmente em termos da transferência de dinheiro. Seria bom haver alguma transferência, e é certo que muitos países transferem muito pouco; a meta de 0,7% do PIB está muito longe de ser alcançada. Mas acho que a questão central não é esta; o ponto central é criar um ambiente de comércio justo, um ambiente de intercâmbio justo na ciência e na tecnologia, um clima de respeito pelos interesses de outros povos, ética global, no sentido mais amplo. Isso requer uma iniciativa global muito maior; não é simplesmente uma questão de “aqui está algum dinheiro e agora sumam”. Não é isso que estamos almejando, não é isso que os países pobres estão tentando conseguir, e não acho que deva ser isso que os países ricos deveriam procurar.

SB: Chegamos agora à questão da fome, muito importante nos seus estudos. Quando tratamos desta questão, encontramos um certo problema lingüístico pois, em português, só temos uma palavra para explicar *hunger*, *famine* e *starvation*.

AS: Bem, pode não parecer de grande ajuda ao público brasileiro pensar no sânscrito de Bengali, mas é útil pensar em três palavras nele existentes. A palavra em sânscrito para *hunger* seria *cruda*, que é a sensação de fome – a sensação de não estar satisfeito. A palavra para *starvation* seria *ahnsha*: não ter comida alguma. E a palavra para *famine* é *doditko* que, curiosamente, significa uma época em que mendigar se torna difícil; é ao mesmo tempo necessário e muito difícil. Você pode notar que já está indicado que, de alguma forma, *famine* é um fenômeno social, um fenômeno de interação. Quando você está pensando em mendicância, você está pensando numa relação entre pessoas. *Famine* é a situação em que uma certa porção da população – mesmo não sendo uma proporção muito alta, pode representar números muito elevados – sem meios para sobreviver, morre diretamente de fome ou de doenças relacionadas à fome. Milhões e milhões de pessoas morrem por causa de doenças relacionadas à fome e à inanição e não por causa da *famine* em si mesma. Portanto, *famine* é um fenômeno social. *Hunger* e inanição [*starvation*] são fenômenos individuais. Inanição é a forma mais extrema e *hunger* é a forma genérica que se aplica também a um baixo grau de subnutrição, como no caso de crianças em idade escolar que vão para a cama sem terem se alimentadas corretamente, mas que também não estão morrendo por causa da fome. A inanição ocorre quando elas não tem nada para comer e estão prestes a morrer.

SB: *Famine* seria a situação mais extrema de todas?

AS: *Famine* é um fenômeno social. Você não pode dizer “eu sofri de *famine*”. Mas você pode dizer “eu sofro de fome e inanição”. Seria possível uma situação em que não houvesse *famine* (como não há *famine* na Índia no momento), e em que também não houvesse inanição individual, mas houvesse muita fome [*hunger*] no sentido de que as pessoas são subnutridas; de fato, a incidência de subnutrição é muito alta na Índia, apesar de não haver *famine*. Então, é importante que a distinção seja feita; se não há uma palavra para isso em português, então vocês realmente deveriam criar uma.

SB: O senhor afirma que a “inanição ocorre quando algumas pessoas não têm o suficiente para comer”. A ênfase está em *algumas* pessoas. Não se trata de falta total de comida.

AS: A inanição é algo individual. Se uma pessoa está morrendo, obviamente não tem o suficiente para comer.

SB: Mas algumas pessoas têm.

AS: Algumas têm porque é perfeitamente possível que algumas pessoas não sejam capazes de conseguir comida mesmo quando há fartura de comida num país. Por exemplo, a situação de *famine* em Bangladesh, em 1974, ocorreu num ano em que a produção de comida no país estava num pico; apesar disso, não uma proporção muito grande, mas 5% a 7% da população estavam sob pressão intensa; muitas de fato morreram. Isso porque sua capacidade de obter comida no mercado desapareceu. Inicialmente por causa de inundações, algumas pessoas tinham perdido seus salários no trabalho de plantio de arroz; se você vive da mão para a boca e repentinamente perde seu emprego, bem, não há nada com que você possa comprar comida. E houve então um movimento de pânico, não em relação à safra no mercado, mas em relação à safra que seria afetada pela

inundação. Dado o temor de uma inundação que viria seis meses mais tarde, já havia enorme especulação no mercado; os preços dispararam, para caírem depois. Quando dispararam, muitas pessoas que tinham emprego estavam sendo eliminadas do mercado; eles não poderiam mais comprar comida suficiente. Temos de ver a questão como um processo econômico que envolve toda a economia, os empregos, os preços e a distribuição de renda. E isso não é o mesmo que analisar somente a oferta de comida. Você poderia facilmente ter comida per capita suficiente e mesmo assim algumas pessoas acabarem ficando sem comida suficiente ou sem comida nenhuma.

SB: O senhor afirma que nenhuma situação de *famine* jamais ocorreu num país de imprensa livre e eleições regulares. Como isso é possível?

AS: Há três aspectos nisso, histórico, econômico e político. Do ponto de vista histórico, realmente nunca houve nenhum caso de *famine* em país democrático com eleições regulares e imprensa livre. Ocorreu em territórios coloniais, como na Índia sob domínio britânico ou, da mesma forma, na Irlanda. Ou ocorreu em Estados de partido único, como na União Soviética em 1930 ou na China entre 1958-61 (quando 30 milhões de pessoas morreram), ou ainda sob regimes militares ou ditaduras de vários tipos, como na Etiópia, no Sudão e na Somália, e assim por diante. E, até hoje em dia, se você pensar nos países que sofrem de *famine*, como a Coreia do Norte (partido único, sem democracia), Sudão, Camboja... Portanto, creio que não há exceção a esta regra histórica, mas a questão é o porquê.

SB: Por que então?

AS: Chegamos com isso à economia. O primeiro ponto de economia é que os governos podem fazer cessar a situação de *famine* muito facilmente. É muito difícil eliminar as condições regulares de subnutrição, mas não é difícil acabar com a *famine*, que reflete uma inanição em massa por parte da população. Mesmo que a sua produção total de comida caia em 20% ou 30%, ou até mesmo 50%, se você reparti-la com equidade, haverá sofrimento, mas não *famine*. O que acontece é que não é repartida desta forma. Às vezes a produção de comida nem mesmo cai, mas, repentinamente, 5% das pessoas podem não ter nenhuma renda por causa de desemprego, inundações ou seca. Nestes casos, não é a produção de comida que está sendo tão afetada, mas o efeito imediato se dá sobre o emprego. Então o aspecto econômico é que você pode regenerar o poder de compra necessário à compra de alimentos por meio de expedientes como emprego emergencial. Não se precisa de muito, já lordes Keynes discutiu isso, você pode pagar pessoas para fazer buracos e depois enchê-los; se você está dando dinheiro em troca de trabalho, somente as pessoas que precisam do dinheiro irão fazer estes trabalhos. Então, a geração de empregos é uma forma muito rápida e muito fácil de expandir a renda das pessoas e de evitar *famine*. E até mesmo a distribuição de comida pode ser uma forma de acabar com ela em alguns casos. E muitos países têm feito exatamente isso. Logo, do ponto de vista econômico, é muito fácil impedi-la.

SB: E sobre a questão política? Por que o governo não impede que ocorra?

AS: Chega-se aqui à natureza de classes da sociedade. As pessoas que dirigem o governo nunca sofrem de *famine*; estão sempre bem alimentadas, pois vêm das classes mais altas e, sendo do governo, são os principais burocratas, ou os principais generais de um regime militar. Então, as classes mais altas, os burocratas, as pessoas que tomam as decisões nunca sofrem por causa de *famine*. Mas, numa democracia, serão punidas, pois

não se pode ganhar uma eleição após ter havido *famine*; você não gostará de ser criticado pela oposição, de ser repreendido pelos jornais, de ser atacado no parlamento, ou por meio de editoriais candentes e assim por diante. Portanto, o que a democracia faz é estender o custo de *famine* para o líder e isso é uma coisa boa. Porque você quer que o líder sofra por causa de *famine*, o que lhe dá um incentivo imediato a que a interrompa. Juntando as três coisas, eu diria que democracia, eleições e jornais dão incentivos ao governo para eliminar a *famine*. O aspecto econômico faz com que seja fácil para os líderes a eliminarem, se assim o desejarem de verdade. E, portanto, historicamente, não se vê *famine* em democracias, mas somente em regimes autoritários.

SB: No seu livro *Resources, Values and Democracy*, o senhor afirma que “embora não haja *famine* na Índia, um terço da população deita-se toda noite com fome, e a presença silenciosa deste tipo de fome não agudo e endêmico não leva a nenhum tumulto nos jornais, nenhum tumulto político, nenhuma revolta no parlamento. O sistema não se abala com isso”. Com uns poucos ajustes aqui e ali nos valores o senhor poderia estar falando do Brasil de hoje, especialmente do nordeste do Brasil. O senhor poderia explicar este fenômeno?

AS: Eu acho que é algo muito sério. Não conheço o suficiente sobre o Brasil para comentar, mas posso comentar sobre a Índia. É muito difícil chamar a atenção da mídia para a fome silenciosa, pois isso requer imaginação. Um editor de um jornal não precisa usar a imaginação para fazer política sobre uma foto de uma mãe à beira da morte, com uma criança só pele e ossos; imprimindo a foto na primeira página já terá escrito um editorial. Você não precisa ser eloquente para ser eloquente. Por outro lado, se você estiver falando sobre uma pessoa que tem uma aparência razoável, mas que de fato está subnutrida, e portanto está mais suscetível a doenças, não consegue se concentrar nos estudos, e pode estar sofrendo de alguma doença oportunista que vem com a subnutrição, é muito difícil captar e capitalizar isso numa. Este é um dos problemas. Para os partidos de oposição, a menos que muito motivados, é difícil ganhar uma eleição em cima disso. Uma forma de lidar com isso é elevar o nível do jornalismo e o nível da política de oposição. Fico contente em dizer que isso, até certo ponto, está acontecendo na Índia; a fome tornou-se uma questão muito em pauta. Atualmente a Índia possui um estoque muito grande de grãos, precisa destes grãos para poder lidar com emergências, mas nós temos algo em torno de 50 milhões de toneladas, o que é uma quantidade maciça de comida. E no entanto sabemos que há muita subnutrição em áreas rurais, assim como fome séria em bolsões localizados, com a qual se poderia lidar. Isso se tornou um assunto mais politizado. A Corte Suprema, de fato, pediu ao governo, no mês passado, comprovação de que o mesmo não estivesse violando os direitos básicos dos cidadãos de não passarem fome. A constituição da Índia contém o que se chama “diretrizes fundamentais”, que deveriam guiar as ações governamentais. O que a Corte Suprema começou a fazer foi pegar estas diretrizes e questionar, “você fez o suficiente?” Não se está questionando sobre o porquê de esta ou aquela pessoa estar morrendo, e de culpá-lo imediatamente por homicídio em caso positivo. Trata-se de que você não está fazendo o suficiente, não está sendo guiado pelas diretrizes fundamentais. E o governo está sendo questionado sobre o porquê de ainda não o ter feito, e tem um prazo para responder. Isso é algo muito positivo; os tribunais estão respondendo à discussão pública. Sobre certos aspectos, eu creio que a coisa a ser feita é ampliar e tornar mais profunda a atenção da mídia, como a atenção ao debate no parlamento e ao debate na discussão pública de política.

SB: Pressionando as autoridades?

AS: Exatamente. E eu posso imaginar que coisas semelhantes estão acontecendo em alguma medida no Brasil. É um assunto em debate na Tailândia, é um assunto em debate na Indonésia – em muitos países há uma maior disposição de usar a mídia democrática, para expandir o alcance da democracia, no enfrentamento da fome, para além do combate à *famine*, abrangendo também a prevenção de inanição e da subalimentação crônica.

SB: Uma questão que é cara ao Brasil: pobreza e criminalidade. As cidades indianas têm um nível mais elevado de pobreza do que as cidades brasileiras, mas um índice mais baixo de criminalidade. Qual é a relação?

AS: Não acho que exista uma relação internacional forte. Por estar tão interessado em que as pessoas prestem atenção à pobreza, se alguém quiser fazê-lo baseando-se no argumento de prevenção da criminalidade, não me queixarei, pois qualquer atenção dada à pobreza é uma boa coisa. Mas não creio que seja boa ciência. O período de *famine* na Irlanda, na década de 1840, foi de grande paz no país. Milhões estavam morrendo – proporções mais altas da população da Irlanda morreram nesta época devido a *famine* do que em qualquer outro país em qualquer outra época da história, que eu saiba. Foi uma proporção maior do que a representada pelos 30 milhões de pessoas que morreram na China por causa da *famine*. Proporcionalmente, a área é muito menor e, no entanto, o índice de criminalidade não foi muito significativo. Os alimentos foram atraídos para fora da Irlanda, para a Inglaterra, pois os ingleses tinham dinheiro para comprá-los, e os irlandeses não. Navios e navios, abarrotados com comida, singraram o Rio Shannon sem que ninguém tentasse saqueá-los. Não creio que a criminalidade esteja necessariamente ligada à fome e ao sofrimento, às vezes sim e às vezes não. O quadro é muito complexo. Esta não é uma razão para lidar com a pobreza ou, pelo menos, não a razão primária. A razão primária para tentar solucionar a pobreza é que é algo terrível, e que arruína a vida dos pobres. O que acontece é dizer-se aos ricos, “você também deveriam se interessar pelo assunto, senão você serão assaltados nas ruas”. Os ricos ficam muito assustados ao ouvir isso. Não sou contra espalhar este rumor, mas devo dizer que não posso fazê-lo como cientista.

SB: E com relação à desigualdade, o senhor não acha que contribui para a criminalidade?

AS: A desigualdade contribui até certo ponto, porém, mais uma vez, não acho que a relação entre desigualdade e criminalidade seja muito grande. Acho que a criminalidade tem uma outra dinâmica, conectada com as muitas outras formas pelas quais a sociedade se organiza. Há uma ligação entre alguns tipos de desigualdade; onde a ostentação de riquezas seja muito evidente e a facilidade do recurso pelos pobres a meios ilegais seja muito fácil, isso poderia acontecer. Mas isso poderia ser impedido por policiamento pesado, ou por menos ostentação da riqueza, pela falta de uma tradição de crime. Muitos fatores podem levar a esse resultado. A cultura pode ser um fator de peso. Portanto, eu não tentaria, como cientista, achar uma correlação entre a criminalidade e a desigualdade, ou outra relação simples; é uma conexão muito complexa. E eu não diria que seja uma razão primária para lidar com a pobreza e a desigualdade. Devemos reconhecer como malogros em si mesmos, que a pobreza é chocante, a desigualdade uma vergonha e que devemos portanto fazer algo a respeito, independentemente de que levem ou não ao crime.

SB: Para encerrar, há uma tendência, bem freqüente nos países em desenvolvimento, de culpar os de fora pelos seus problemas. Colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, as companhias multinacionais, o FMI, o Banco Mundial, a OMC, e assim por diante. Isso não seria uma forma de se esquivar da responsabilidade dos seus próprios atos na falta de ação interna?

AS: Sim, acho que há dois comentários a fazer aqui. Em primeiro lugar, a tendência de culpar as pessoas de fora é um fenômeno muito comum em qualquer lugar do mundo. O fato correspondente nos países ricos é culpar os imigrantes pela criminalidade. É muito comum dizer que antes da vinda dos ciganos não havia crimes, agora, você sabe, os “ciganos” vieram, os turcos entraram na Alemanha e portanto há um alto índice de criminalidade e assim por diante. Concordo com você, acho que é uma forma de se abdicar das responsabilidades. O que é preciso é identificar quais são as coisas cuja solução se encontra dentro da economia ou dentro da sociedade em si mesmas. Onde você poderá fazer algo, independentemente do que os outros países queiram que faça. E existem muitas coisas que não necessitam da aprovação ou da ajuda dos países ricos: educação básica, expansão da educação escolar, atendimento básico de saúde, reforma agrária. E, ao mesmo tempo, há outras coisas a fazer, como incorporar a todos na globalização, mudar as leis de patentes, criar arranjos que facilitem a entrada na economia global, que podem fazer muito pelos pobres. Estas coisas dependem da arquitetura institucional internacional. E, nesse contexto, não se trata de colocar a culpa nos países mais ricos, mas de querer uma ordem global mais justa e mais construtiva. Eu diria então que é correto chamar a atenção para uma ordem global construtiva, mas que há muito que os países pobres podem fazer sem esperar por iniciativas globais, internacionais ou por parte dos países ricos. E não tomar estas ações e depois colocar a culpa nos países ricos seria algo deplorável.